



Universidade Federal do Ceará
Pró-Reitoria de Graduação
Coordenadoria de Projetos e Acompanhamento Curricular
Divisão de Pesquisa e Desenvolvimento Curricular

FORMULÁRIO PARA CRIAÇÃO E/OU REGULAMENTAÇÃO DE DISCIPLINA

(X) **Regulamentação** (se a disciplina está prevista no Projeto Pedagógico)

() **Criação/Regulamentação** (se a disciplina não está prevista no Projeto Pedagógico)

1. Unidade Acadêmica que oferta a Disciplina (Faculdade, Centro, Instituto, *Campus*):
Faculdade de Direito

2. Departamento que oferta a Disciplina (quando for o caso):
Departamento de Direito Público

3. Curso(s) de Graduação que oferece(m) a disciplina						
Código do Curso	Nome do Curso	Modalidade do Curso ¹	Currículo (Ano/Semestre)	Caráter da Disciplina ²	Semestr e de Oferta ³	Habilitação ⁴
14 e 15	Direito	Bacharelado	2007.1	optativa	A partir do V sem.	---

4. Nome da Disciplina:
DIREITO AGRÁRIO

5. Código da Disciplina (preenchido pela PROGRAD):

6. Pré-Requisitos	Não ()	Sim (X)	
		Código	Nome da Disciplina
		DB094	Direito Constitucional III – para os alunos do Curso de Direito

¹ Preencher com *Bacharelado, Licenciatura* ou *Tecnólogo*.

² Preencher com *Obrigatória, Optativa* ou *Eletiva*.

³ Preencher quando obrigatória.

⁴ Quando eletiva, preencher com a habilitação ou ênfase a que se vincula a disciplina.

7. Turno da Disciplina (é possível marcar mais de um item):
(X) Diurno (X) Vespertino-Noturno () Noturno

8. Regime da Disciplina:
(X) Semestral () Anual () Modular

9. Justificativa para a criação/regulamentação desta disciplina

O Direito Agrário apresenta relevante importância na compreensão dos fenômenos contemporâneos que ocorrem no contexto campestre. As mudanças constitucionais proporcionaram uma reestruturação hermenêutica na legislação específica, com matérias peculiares referentes às relações contratuais, aspectos regulatórios, proteção ambiental das áreas rurais, relações laborais e tributação específica. A partir do Código Civil de 2002 importantes mudanças influenciaram uma nova perspectiva da disciplina especialmente no atinente à propriedade e aos contratos rurais.

10. Objetivo(s) da Disciplina:

Identificar os institutos do Direito Agrário
Estudar a Estatuto da Terra
Analisar a função social da propriedade
Compreender a justiça agrária
Compreender a constitucionalização do Direito Agrário

11. Ementa:

Propedêutica do Direito Agrário: noções gerais e delimitações conceituais de seus institutos primordiais, princípios diretivos e construção histórica. Regime legislativo do Estatuto da Terra. Função sócio-ambiental da propriedade agrária. Desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária. Direito de Propriedade no meio rural. Justiça Agrária. Política Agrícola. Perspectivas sob o prisma da constitucionalização do Direito Agrário.

12. Descrição do Conteúdo e Carga Horária

Unidades e Assuntos das Aulas	Nº de Horas Teóricas	Nº de Horas Práticas	Nº de Horas EaD (quando for o caso):
UNIDADE I – Propedêutica do Direito Agrário			
1.1. Construção histórica do Direito Agrário	1		
1.2. Conceitos do Direito Agrário	1		
1.3. Interdisciplinaridade: relações do Direito Agrário com outras disciplinas	1		
1.4. Princípios norteadores do Direito Agrário	1		
1.5. Atividades agrárias: conceitos e espécies	1		
1.6. Autonomia científica do Direito Agrário sob os prismas legislativo, jurisdicional, didático e doutrinária	1		
UNIDADE II – Propriedade agrária e imóvel rural			
2.1. Delimitação conceitual e caracteres da propriedade rural	1		

	2		
2.2. Elementos constitutivos. Função sócio-ambiental da propriedade agrária	1		
2.4. Evolução histórica da propriedade agrária e imóvel rural	2		
2.5. Usucapião dos imóveis rurais. Imprescritibilidade dos imóveis rurais públicos	2		
2.6. Registro Imobiliário da Propriedade agrária. Aquisição de imóveis rurais por estrangeiros			
UNIDADE III – Classificações dos Imóveis Rurais	2		
Imóvel Rural e Imóvel Urbano. Critérios distintivos e repercussões práticas.	1		
3.2 Propriedade Familiar.	1		
3.3 Módulo Rural (Fração mínima de parcelamento).	1		
3.4 Latifúndio: conceito e espécies. Latifúndio e desapropriação. Minifúndio	1		
3.5 Indivisibilidade do Módulo Rural. Módulo rural como bem indivisível no Estatuto da Terra	1		
3.6 Proteção constitucional ao Bem de Família Rural	1		
3.7 Regime normativo das Terras Devolutas.	1		
UNIDADE IV – Empresa Rural, Colonização e Política Agrícola	1		
4.1. Conceito de Empresa	1		
4.2. Empresa Rural. Empresário Rural	1		
4.3. Colonização. Colonização Oficial	1		
4.3. Colonização Particular	1		
4.5. Política Agrícola	1		
UNIDADE V – Reforma Agrária			
5.1 Sistema Coletivista e Sistema Individualista	2		
5.2 Desapropriação: Peculiaridades. Desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária (Desapropriação-sanção). Pressupostos constitucionais da desapropriação.			
5.3 Desapropriação de bens públicos.	1		
5.4 Desapropriação indireta. Desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária	1		
5.5 Retrocessão. Tredestinação.	1		
5.6 Anulação	1		

5.7 Competência legislativa, administrativa e jurisdicional. Procedimento judicial de desapropriação.	1		
	1		
5.8 Especificidades	1		
5.9 Critérios para aferição da produtividade dos imóveis rurais			
UNIDADE VI – Contratos Agrários	1		
6.1 Conceito de Contrato. Requisitos (Condições de Validade) e Contratos de Direito Agrário	1		
6.2 Princípios Fundamentais do Direito Contratual. Função social da propriedade nos contratos agrários	1		
6.3 Contratos agrários atípicos (inominados) e Contratos agrários nominados (típicos)	1		
6.4 Conceituação e partes intervenientes do arrendamento rural e parceria rural.	1		
6.5 Peculiaridades dos contratos de arrendamento e parceria rurais. Prazos mínimos no arrendamento e na parceria	1		
6.6 Preservação Florestal. Benfeitorias levadas a efeito no imóvel rural	1		
6.7 Falsa Parceria. Rendimento nos contratos agrários	1		
6.8 Cláusulas inarredáveis nos contratos de arrendamento e parceria rurais			
UNIDADE VII – Trabalhador Rural, Empregador Rural, Sindicalismo Rural e Movimentos Sociais Rurais	1		
7.1 Aspectos constitucionais e Evolução histórica	1		
7.2 Direitos sociais do Trabalhador Rural	1		
7.3 Elementos de caracterização do Trabalhador Rural	1		
7.4 Cooperado e Trabalhador Rural	1		
7.5 Condomínio de empregadores rurais	1		
7.6 Trabalho temporário no meio rural. Caracterização do Empregador Rural	1		
7.8 Movimentos sociais rurais. Sindicalismo Rural			
UNIDADE VIII – Imposto Territorial Rural (ITR)	1		
8.1. Conceito, função e histórico	1		
8.2. Fato Gerador. Base de cálculo. Alíquotas. Sujeito Ativo. Sujeitos Passivos (Contribuintes)	1		
8.3 Cadastro no INCRA. Sistema Nacional de Cadastro Rural			

UNIDADE IX – Questões dos Indígenas e dos Quilombolas			2		
9.1. Fundamentos constitucionais dos direitos indígenas. Direitos sobre as terras indígenas. Terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.			1		
9.2. Organização social dos índios. Capacidade Civil dos índios			1		
9.3 O indigenato. Posse permanente. Usufruto exclusivo			1		
9.4 Mineração em terras indígenas			1		
9.5 Demarcação das terras indígenas. Defesa dos direitos e interesses dos índios na via judicial			1		
9.6 O Art. 68 do ADCT ante o direito coletivo das comunidades remanescentes de quilombos			1		
UNIDADE X – Ações agrárias e conflitos campestres			1		
10.1 Ações agrárias e tutelas sincréticas			1		
10.2 Usucapião Rural. Ação discriminatória de terras devolutas			1		
10.3 Ação popular e Ação Civil Pública em matéria agrária			1		
Número de Semanas: 16	Número de Créditos: 4	Carga Horária Total: 64	Carga Horária Teórica: 64	Carga Horária Prática: -----	Carga Horária EaD: -----

13. Bibliografia:

ALVARENGA, Octávio Mello. **Política e Direitos Agroambientais**. 2ª- edição. Rio de Janeiro: Forense, 1.997.

AVVAD, Pedro Elias. **Direito Imobiliário: teoria geral e negócios imobiliários**. 1. ed., Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

BERCOVICI, Gilberto. **Constituição econômica e desenvolvimento: uma leitura a partir da Constituição de 1.988**. São Paulo: Malheiros, 2.005.

BORGES, Antonino Moura. **Curso Completo de Direito Agrário**. 1. ed., Leme: Edijur, 2006.

_____, Paulo Torminn. **Institutos Básicos do Direito Agrário**. 11ª- edição. São Paulo: Saraiva, 1998.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 12ª- edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

COSTA PORTO. **Estudo sobre o sistema sesmarial**. Imprensa Universitária: Recife, 1965.

FACHIN, Luiz Edson. **Estatuto Jurídico do Patrimônio Mínimo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder – formação do patronato político brasileiro**. 3ª. Edição. São Paulo: Globo, 2001.

FALCÃO, Ismael Marinho. **Direito Agrário Brasileiro**. 1ª- edição. EDIPRO: Bauru, 1995.

FIÚZA, Ricardo. **Novo Código Civil Comentado**. 1. ed., São Paulo: Saraiva, 2002.

GARCIA, Paulo. **Terras Devolutas. Defesa Possessória. Usucapião. Registro Torrens. Ação**

Discriminatória. 1. ed. Belo Horizonte: Livraria Oscar Nicolai, 1.958.

GIORDANI, Francisco Alberto da Motta Peixoto et all. (organizadores). **Direito do Trabalho Rural.** 2ª- edição. São Paulo: LTR, 2005.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** 26ª- edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1.995.

JUCÁ NETO, José. **Elementos de Direito Agrário.** Fortaleza: Edições UFC, 1985.

LARANJEIRA, Raymundo (Org.). **Direito Agrário Brasileiro.** São Paulo: LTR, 1999.

LOPES, Ana Frazão de Azevedo. **Empresa e propriedade- função social e abuso de poder econômico.** São Paulo: Quartier Latin, 2006.

MARQUES, Benedito Ferreira. **Direito Agrário Brasileiro.** 7. ed., São Paulo: Atlas, 2007.

MARQUES, Benedito Ferreira. **Direito Agrário para concursos.** 2. ed., Goiânia: AB Editora, 2005.

MARQUES JÚNIOR, William Paiva . **A função sócio-ambiental da propriedade agrária ante o desenvolvimento sustentável.** In: WACHOWICZ, Marcos; MATIAS, João Luis Nogueira. (Org.). A efetivação do direito de propriedade para o desenvolvimento sustentável: relatos e proposições. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2010, v. 04, p. 540-566.

MARQUES JÚNIOR, William Paiva . **Eficácia do Direito Humano Fundamental à Função Social da Propriedade Rural.** In: João Luís Nogueira Matias. (Org.). Neoconstitucionalismo e Direitos Fundamentais. 1ed.São Paulo: Atlas, 2009, v. 01, p. 278-302.

_____. **Direito Agrário.** 01. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MATIELLO, Fabrício Zamproga. **Código Civil Comentado.** 2. ed., São Paulo: LTr, 2005.

OPTIZ, Sílvia. **Curso Completo de Direito Agrário.** 2. ed., São Paulo: Saraiva, 2007.

PRUNES, Lourenço Mário. **Dicionário Prático dos Arrendamentos e Parcerias.** Tomo I, 2. ed., São Paulo: Max Limonad, 1976.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2.006.

RIBEIRO, José. **Propriedade das águas e o registro de imóveis** In: FREITAS, Vladimir Passos de (organizador). **Águas- aspectos jurídicos e ambientais.** 3ª- edição. Curitiba: Juruá, 2010.

SANTOS, Fábio Alves dos. **Direito agrário: política fundiária no Brasil.** Belo Horizonte: Del Rey, 1995.

14. Avaliação de Aprendizagem:

A avaliação será efetuada mediante provas – notas parciais 1ª e 2ª AP, conforme regras regulamentares. As provas poderão ser compostas de questões discursivas e objetivas, valendo a parte objetiva no máximo 50% do valor do teste.

15. Aprovação do Colegiado do Departamento (quando for o caso)

Data de Aprovação:

 Chefe(a) do Departamento
Assinatura e Carimbo

16. Aprovação do(s) Colegiado(s) de Curso(s)		
Código do Curso:	Data de Aprovação:	<hr/> Coordenador(a) do Curso Assinatura e Carimbo

17. Aprovação do Conselho da Unidade Acadêmica	
Data de Aprovação:	<hr/> Diretor(a) da Unidade Acadêmica Assinatura e Carimbo

18. Aprovação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Câmara de Graduação)	
Data de Aprovação:	<hr/> Presidente (a) da Câmara de Graduação Assinatura e Carimbo

Orientação para tramitação do processo:

Deve ser aberto e encaminhado processo à Pró-Reitoria de Graduação / Câmara de Graduação, contendo: 1) Ofício de encaminhamento da Direção da Unidade Acadêmica; 2) Formulário para Criação e/ou Regulamentação de Disciplina integralmente preenchido, com assinaturas, datas e carimbos solicitados; 3) Parecer Técnico-Científico feito por profissional da área em questão; e 4) Envio de Formulário “online” para dpdc@prograd.ufc.br.